

Navegando entre leviatãs:

O potencial socializante das aberturas de capital

Damião Alves de Azevedo

Potencial socializante no capitalismo? Isso parece uma contradição. Mas é interessante notar que os países de capitalismo avançado são justamente aqueles onde os trabalhadores mais conseguiram acesso à propriedade do capital. Por meio de fundos de pensão e de investimento, operários tornam-se proprietários de pequenas parcelas de grandes companhias. Assim, paralelamente àquela lei da economia segundo a qual o capital sempre tende a se concentrar, há também uma força centrífuga representada por sua diluição entre incontáveis investidores minoritários.

No Brasil, onde inúmeras das grandes fortunas surgiram de favores do Estado e em que entre as maiores empresas há forte presença de sociedades fechadas e familiares, é difícil perceber esse fenômeno. Mas em economias mais desenvolvidas, é mais visível o caráter democratizante das sociedades de capital aberto.

A primeira aula sobre sociedades anônimas em qualquer faculdade poderia ser ilustrada com uma passagem do romance *Moby Dick*, de Herman Melville, na qual o protagonista, chamado Ismael, procura emprego na ilha de Nantucket. O que surpreende nessa cena bastante trivial é perceber que os principais investidores dos grandes navios, sobre os quais se sustentava a economia local, eram as viúvas de pobres marheiros. Fora da ficção, Nantucket era, na primeira metade do século XIX, quando se passa o romance, o maior porto baleeiro dos Estados Unidos, e seus barcos velejavam pelos oceanos de todo o planeta.

Enquanto Ismael narra sua busca por trabalho, o leitor toma pé do funcionamento da economia do lugar. As embarcações eram verdadeiros fundos de investimento. Cada viagem era financiada pela própria



comunidade da ilha, que custeava reparos e suprimentos, recebendo por isso fração dos dividendos obtidos na caça à baleia. Mesmo quem estava fora do mercado de trabalho continuava a sobreviver da atividade produtiva e contribuía com a manutenção da comunidade.

Ismael encontra trabalho num veleiro de nome Pequod, comandado pelo obcecado capitão Acab, que, antes de zarpar, é severamente advertido pelos representantes do po-

vo da ilha. Estes o lembram que sob sua responsabilidade estava não só um navio, mas as esperanças das pobres viúvas de Nantucket. O capitão tinha a mesma função do presidente de uma grande companhia. Sobre ele recaía a responsabilidade pelo sucesso da empreitada. Mas estava também sujeito à responsabilização social, pois só enriqueceria se aquelas viúvas sobrevivessem com dignidade.

Isso exemplifica como as socieda-

des abertas não apenas captam, mas também distribuem capital. E, junto com o capital, distribuem poder. Ao investirem no empreendimento, acionistas minoritários compartilham o poder sobre ele, pois os dirigentes precisam prestar contas não apenas aos capitalistas majoritários, mas também às minorias.

As aberturas de capital têm o potencial de democratizar as relações econômicas, pois ampliam o universo de pessoas que dividem o poder

de decisão. A diluição do capital gera também a diluição do poder político na empresa. Isso evidencia o contraste entre uma sociedade aberta, como a dos baleeiros de Nantucket, onde mesmo os cidadãos pobres tinham instrumentos de pressão sobre os capitães da indústria pesqueira, e aquelas economias fechadas, que tendem a predominar em países de capitalismo restrito.

O maior exemplo desse contraste é a predominância de ações sem direito a voto em mercados pouco desenvolvidos e de tradição autoritária. O poder de voto e decisão é que caracteriza a condição de sócio. Uma ação que não dá a seu titular o poder de opinar sobre o destino da sociedade é muito mais um mero título de crédito que um título societário. O fato das ações sem voto predominarem em países autoritários e de economia pouco desenvolvida explicita como a falta de democracia repercute negativamente sobre as relações econômicas e vice-versa.

A abertura de participação no capital abre também a participação nas esferas de decisão, instaurando exigências democráticas em sua gestão. Sócio é quem pode interferir nos destinos da sociedade. Se esta não vai bem, os sócios podem destituir administradores e eleger novos, bem como participar em assembleias da definição das orientações estratégicas da sociedade. As ações mais valiosas são aquelas com direito a voto, porque, mais que dividendos, reparam poder. Internacionalmente predomina a regra de um voto por ação, embora persista a distinção de ações em diferentes classes, algumas das quais com poderes especiais. Nos EUA, onde já foi comum existirem classes de ações com maior peso que outras, se tem progressivamente eliminado tais distinções.

É significativo que, no Brasil, as ações sem voto tenham sido instituídas por regimes autoritários. Previstas pelo Decreto 21.536/32 e depois pelo Decreto-Lei 2.627/40, surgiram para serem adquiridas pelo governo, como forma de favorecer certas empresas, por meio do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A razão do lançamento de



ações é abrir a empresa à sociedade. As ações sem voto pervertem esse princípio. Foram criadas para, como é típico de regimes autoritários, permitir a apropriação privada do dinheiro público.

Embora a legislação atual as tenha conservado, tem-se exigido cada vez mais democracia nas relações societárias. Prova disso é que em 2000 a Bovespa instituiu o Novo Mercado, do qual só podem participar empresas cujas ações possuam todas direito a voto. O Novo Mercado obriga as empresas a distribuir mais dividendos que o mínimo fixado na lei e impõe obrigações de informação aos acionistas e ao mercado muito mais severas que o mínimo legal. Entretanto, mesmo conferindo mais direitos aos acionistas e mais limitações e controle sobre os dirigentes, praticamente todas as aberturas de capital feitas nos últimos anos foram feitas no Novo Mercado. Desse

modo, à revelia da lei, num claro exemplo da produção social do direito, se tem confirmado a tendência de desaparecerem as ações sem voto, distribuindo o poder do capital e compartilhando-o com número cada vez maior de acionistas minoritários que não estão apenas interessados em dividendos, mas também na possibilidade de participar da definição dos rumos da sociedade.

Recentemente o valor das empresas do Novo Mercado atingiu o correspondente ao PIB brasileiro. E todo esse dinheiro veio de particulares, isto é, pela primeira vez na história deste país o mercado passou a ser financiado pela própria sociedade e não por recursos do governo.

Mas, é certo, a socialização das esferas de poder não elimina os riscos de nenhuma atividade e também pouco impede a ganância e as pretensões abusivas. Sempre que um intrépido veleiro como o Pequod sin-

gra os mares, está sujeito às incertezas e ameaças da natureza e dos homens. Mas se a ampliação dos processos democráticos não garante o lucro certo, e muito menos a boa-fé dos concorrentes, torna possível ao menos a legitimidade das decisões tomadas. Se não se pode assegurar o sucesso das escolhas, pode-se ao menos zelar pela lisura dos procedimentos.

Contudo, na obsessão de vencer a fera marinha, o capitão Acab ignora as advertências dos representantes do povo e transforma sua viagem, que deveria ser uma missão em prol de toda a comunidade, numa luta pessoal. Como um visionário cego por seu ideal, despreza os interesses de todos. Ao fim, Acab sucumbe e o Pequod é destruído.

O desejo de controlar com rigidez inflexível as atividades sociais é tão inútil quanto o desejo de vencer a fúria do mar. Os regimes comunistas, por exemplo, alimentaram de certo modo a mesma ambição de Acab. Desprezaram os direitos dos indivíduos e se arvoraram a subjugar os aos ideais de lideranças visionárias. E, como Acab, naufragaram, levando consigo o trabalho de muitos.

Paradoxalmente, foi a abertura do capital que permitiu, nos lugares onde mais se desenvolveu, promover-se minimamente o ideal socialista de dar aos trabalhadores algum acesso à propriedade dos meios de produção. Se por um lado as profissões liberais se proletarizaram, tornando-se dependentes de salários, por outro se permitiu que assalariados se tornem capitalistas, ao investirem sua poupança em aplicações financeiras.

As grandes corporações podem ser tão assustadoras quanto a baleia monstro de Melville. Não é possível domá-los completamente. Mas se não há como eliminar os leviatãs do mercado, é pelo menos possível compreender sua força para usá-la a favor da democratização das relações econômicas. E quando as empresas se abrem à participação dos trabalhadores, o poder econômico está, silenciosamente, a se democratizar de modo muito mais eficiente e duradouro do que jamais foi possível a qualquer revolução centralizadora.

O fato de as ações sem voto predominarem em países autoritários e de economia pouco desenvolvida explicita como a falta de democracia repercute negativamente sobre as relações econômicas e vice-versa